

**ANEXO - PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021****Do cargo**

<b>Nome do cargo:</b>	Procurador-Chefe
<b>Nível do cargo:</b>	FCE 1.13
<b>Unidade de atuação:</b>	Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares
<b>Previsão Legal do Cargo:</b>	Anexo II do Decreto 12.160, de 2 de setembro de 2024.

**Requisitos legais:**

<b>Gerais</b>	<p>Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021 (Art. 9º) e Decreto 10.829, de 05 de outubro de 2021 (Art. 15):</p> <p>Art. 15 - São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional:</p> <p>I - idoneidade moral e reputação ilibada;</p> <p>II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p> <p>III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no <a href="#">inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</a>.</p> <p>Parágrafo único. Os ocupantes de cargos em comissão e de funções de confiança informarão imediatamente a superveniência da restrição de que trata o inciso III do caput à autoridade responsável por sua nomeação ou sua designação.</p>
<b>Específicos</b>	<p>Decreto Lei 10.829, de 5 de outubro de 2021 (Art. 18):</p> <p>Art. 18 - Os ocupantes de CCE ou de FCE de níveis 12 a 14 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>

**Das responsabilidades**

<b>Principais atribuições:</b>	<p>Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993).</p> <p>Art. 17 - Aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas compete:</p> <p>I - a sua representação judicial e extrajudicial;</p> <p>II - as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;</p> <p>III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.</p>
--------------------------------	--

	<p>Art. 18. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 desta lei complementar.</p> <p>Decreto nº 11.203, de 22 de setembro de 2021(Art. 12):</p> <p>Art. 12 - À Procuradoria Federal junto à FCP, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:</p> <p>I - representar judicial e extrajudicialmente a Fundação Cultural Palmares - FCP, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;</p> <p>II - orientar a execução da representação judicial da FCP, quando estiver sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;</p> <p>III - exercer as atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos no âmbito da FCP e aplicar, no que couber, o disposto no <a href="#">art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993</a>;</p> <p>IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração de liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da FCP, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança;</p> <p>V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos editados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e</p> <p>VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.</p>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho:</b>	A atuação gerencial envolve a coordenação da Assessoria Técnico Especializado, os Procuradores Federais e demais servidores que se encontram lotados na Unidade.
<b>Dos requisitos desejáveis</b>	
<b>Formação:</b>	Possuir formação acadêmica em Direito, ser aprovado na OAB e ser aprovado no concurso público para procurador federal.
<b>Experiência:</b>	Trata-se de cargo que exige conhecimento multidisciplinar, portanto, os conhecimentos ligados à missão e as atividades desempenhadas pela entidade favorecem o exercício do cargo.
<b>Competências:</b>	O cargo requer capacidade de comunicação com agentes políticos de alto escalão, integridade profissional, proatividade, capacidade de articulação e de resolver problemas, experiência profissional na administração pública, orientação para os resultados, visão sistêmica, compartilhamento de informações e conhecimentos, liderança de equipes e gestão de pessoas.
<b>Outros Requisitos:</b>	Outras trajetórias e experiências profissionais que possam potencializar o desempenho no cargo e outros requisitos porventura relevantes.